

Argo

Energia Empreendimentos

e Participações S.A.

**Informações financeiras intermediárias referentes
ao trimestre findo em 31 de março de 2024**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias	3
Balanço patrimonial	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstrações do valor adicionado	12
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	13



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
CRC1SP245014/O-2

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023			31/03/2024	31/12/2023		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	39	85	28.940	28.214	Fornecedores	14	11.945	4.057	33.186	35.778
Títulos e valores mobiliários	5.1	13.610	153.388	405.006	529.636	Encargos sociais e trabalhistas	15	-	-	12.457	21.580
Contas a receber de clientes	6	-	-	104.027	96.660	Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	829
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	6.270	4.501	15.789	13.039	Obrigações tributárias	16	52	84	17.104	16.424
Outros tributos a compensar	8	12	12	500	473	Obrigações regulatórias	17	-	-	10.411	10.392
Dividendos a receber	-	49.088	96.352	132	132	Dividendos a pagar	-	11.383	11.383	11.383	11.383
Contas a receber - Partes relacionadas	23	-	-	3.095	3.220	Empréstimos e Financiamentos	18	-	182.700	149.161	326.478
Ativo da concessão	9	-	-	950.692	936.126	Debêntures	19	-	-	82.456	68.778
Despesas pagas antecipadamente	10	-	10	3.296	4.369	Provisões	20	-	-	13.533	12.708
Outros ativos	-	-	-	28.870	31.325	PIS e Cofins diferidos	21	-	-	84.619	83.322
Total do ativo circulante		69.019	254.348	1.540.347	1.643.194	Outros passivos	-	-	10.194	60.553	42.876
						Total do passivo circulante		23.380	208.418	474.863	630.548
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Fundos Vinculados - Caixa restrito	5.2	10.677	13.209	200.061	170.071	Empréstimos e Financiamentos	18	-	-	2.696.303	2.718.334
Ativo da concessão	9	-	-	6.773.406	6.687.632	Debêntures	19	-	-	503.030	497.446
Investimentos	13	5.475.538	5.278.152	2.440.704	2.388.320	Outros passivos	-	-	-	3.923	1.663
Imobilizado	11	-	-	25.499	25.973	Provisões	20	-	-	7.935	9.530
Intangível	12	116	-	152.245	153.508	Contingências Passivas	22	-	-	648	2.893
Outros ativos	-	39.034	39.032	16.772	9.675	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	1.289.159	1.247.116
Total do ativo não circulante		5.525.365	5.330.393	9.608.687	9.435.179	PIS e COFINS diferidos	21	-	-	602.169	594.520
						Total do passivo não circulante		-	-	5.103.167	5.071.502
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24				
						Capital social	-	2.618.483	2.618.483	2.618.483	2.618.483
						Reservas de capital	-	(86.721)	(86.721)	(86.721)	(86.721)
						Reserva de lucros	-	2.844.561	2.844.561	2.844.561	2.844.561
						Lucros acumulados	-	194.681	-	194.681	-
						Total do patrimônio líquido		5.571.004	5.376.323	5.571.004	5.376.323
TOTAL DO ATIVO		5.594.384	5.584.741	11.149.034	11.078.373	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.594.384	5.584.741	11.149.034	11.078.373

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Receita de operação e manutenção, construção de infraestrutura e outras		-	-	36.271	35.203
Remuneração financeira do ativo de concessão		-	-	289.412	338.628
Parcela variável, encargos setoriais e outras deduções		-	-	(31.710)	(36.273)
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	293.973	337.558
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	26	-	-	(8.922)	(9.498)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	26	-	-	(6.425)	-
LUCRO BRUTO		-	-	278.626	328.060
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	26	(737)	(166)	(5.846)	(7.768)
Outras despesas e receitas operacionais		-	(13)	742	(13)
Amortização do direito de concessão	13	-	-	(1.240)	(3.498)
Resultado da equivalência patrimonial	13	197.386	213.625	52.383	55.926
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		196.649	213.446	324.665	372.707
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	27	3.467	1.658	17.744	16.551
Despesas financeiras	27	(5.435)	(15.127)	(100.775)	(124.113)
		(1.968)	(13.469)	(83.031)	(107.562)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		194.681	199.977	241.634	265.145
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	28	-	-	(4.564)	(3.490)
Diferido	28	-	-	(42.389)	(61.678)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		194.681	199.977	194.681	199.977
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)	29	0,1107	0,1137	0,1107	0,1137

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	194.681	199.977	194.681	199.977
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>194.681</u>	<u>199.977</u>	<u>194.681</u>	<u>199.977</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
 PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total	
	Nota explicativa	Subscrito e integralizado	de capital	legal	Incentivos fiscais				de lucros a realizar
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		2.618.483	(86.721)	80.167	-	2.020.830	150.407	-	4.783.166
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	199.977	199.977
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2023		2.618.483	(86.721)	80.167	-	2.020.830	150.407	199.977	4.983.143
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.618.483	(86.721)	110.109	-	2.734.452	-	-	5.376.323
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	194.681	194.681
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024		2.618.483	(86.721)	110.109	-	2.734.452	-	194.681	5.571.004

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		194.681	199.977	194.681	199.977
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	42.389	61.678
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	-	-	4.564	3.490
Provisão para PIS e Cofins diferidos	21	-	-	8.946	13.160
Amortização do direito de concessão - Aquisição Argo III e IV	13	-	-	1.240	3.498
Remuneração do ativo de concessão	9	-	-	(289.412)	(338.628)
Receita de operação e manutenção	9	-	-	(35.341)	(34.165)
Receita de construção	9	-	-	(7.809)	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	27	(3.572)	(1.531)	(18.432)	(15.784)
Resultado de equivalência patrimonial	13	(197.386)	(213.625)	(52.384)	(55.926)
Depreciação e Amortização	11 e 12	-	-	916	3.965
Provisões de contingências passivas	22	-	-	15	-
Juros e correção monetária sobre empréstimos	18	4.967	8.223	75.518	95.537
Juros e correção monetária sobre debêntures	19	-	-	19.171	23.650
Amortização do custo de transação	18	402	-	3.397	(1.451)
Amortização dos custos de transação sobre debêntures	19	-	-	91	62
Remuneração de ações preferenciais		-	-	-	6.945
Caixa consumido pelas operações		(908)	(6.956)	(52.450)	(33.992)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	6	-	-	(7.367)	(8.905)
Amortização do Ativo da concessão	9	-	-	232.222	224.846
Contas a receber (partes relacionadas)	23	-	-	125	544
Despesas pagas antecipadamente	10	10	11	1.073	6.934
Tributos a compensar	8	-	(1.158)	(27)	13.444
Outros ativos		(2)	-	(4.642)	2.177
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	(1.769)	-	(3.796)	(3.490)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	7.888	2.209	(2.592)	2.208
Encargos e obrigações trabalhistas	15	-	-	(9.123)	(6.433)
Obrigações tributárias	16	(32)	(102)	680	219
Obrigações regulatórias	17	-	-	19	622
Provisões	20	-	-	(770)	(2.388)
Outros passivos		(10.194)	3.977	17.677	(4.350)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(4.347)	(10.759)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais		(5.007)	(2.019)	166.682	180.677
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(116)	-	(765)	(1.030)
Aplicação em Títulos e valores mobiliários	5.1	(146.932)	(31.700)	(411.143)	(177.949)
Resgates em títulos e valores mobiliários	5.1	290.282	76.233	549.935	177.540
Dividendos recebidos		47.264	43.708	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		190.498	88.241	138.027	(1.439)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	19 e 20	-	165.000	-	165.000
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	19	(165.000)	(200.000)	(200.951)	(228.980)
Pagamento de principal de debêntures	20	-	-	-	-
Pagamento de juros de empréstimos	19	(23.069)	(33.578)	(77.312)	(93.091)
Resgate Fundos Vinculados - Caixa restrito		13.100	17.126	(38.888)	21.064
Aplicação em Fundos Vinculados - Caixa restrito		(10.568)	(14.769)	13.168	(20.022)
Dividendos pagos		-	(20.000)	-	(20.000)
Caixa líquido gerado/usado nas atividades de financiamento		(185.537)	(86.221)	(303.983)	(176.029)
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(46)	1	726	3.209
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	85	149	28.214	25.813
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	39	150	28.940	29.022
REDUÇÃO (AUMENTO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(46)	1	726	3.209

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
 PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024 E 2023
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios e ganho de eficiência	-	-	7.809	728
Receitas relativas à operação e manutenção	-	-	35.341	34.165
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	289.412	338.628
Outras receitas e Parcela variável (PV)	-	-	(5.303)	-
Revisão tarifária da concessão	-	-	-	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(637)	(166)	(5.903)	(5.396)
Custo de construção	-	-	(6.425)	-
Custo de Operação e Manutenção	-	-	(1.362)	(659)
Outros	(567)	-	(5.838)	(649)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.204)	(166)	307.731	366.817
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	-	-	(2.156)	(3.965)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.204)	(166)	305.575	362.852
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	197.386	213.625	52.383	55.926
Outras receitas operacionais	-	(13)	-	(13)
Receitas financeiras	3.647	1.752	18.553	17.285
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	199.829	215.198	376.511	436.050
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	-	-	5.959	10.041
Remuneração direta	-	-	2.006	1.228
Benefícios	-	-	1.523	473
FGTS	-	-	2.430	8.340
Impostos, taxas e contribuições	180	53	81.179	101.252
Tributos federais	180	53	81.179	101.252
Remuneração de capitais de terceiros	4.968	15.168	94.692	124.780
Juros	4.968	15.168	94.692	124.780
Remuneração de capitais próprios	194.681	199.977	194.681	199.977
Lucro líquido do período	194.681	199.977	194.681	199.977

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais - R\$, exceto se de outra forma mencionado)

1 Informações gerais

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima, listada como categoria “B” na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Classificação	Participação - %	
		31/03/2024	31/12/2023
Argo Transmissão de Energia S.A. (“Argo I”)	Controlada	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. (“Argo II”)	Controlada	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”)	Controlada	100%	100%
Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”)	Controlada	100%	100%
Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGE”)	Controlada em conjunto	62,5%	62,5%

a) Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Argo I assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$ 2.230.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$ 404.961 (valor histórico) na data do leilão e atualizada para R\$ 603.805 (valor para o ciclo 2023-2024) com recebimento em cotas mensais. A RAP é corrigida anualmente

pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira – Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 – ANEEL.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma, antecipando parcialmente o início de recebimento da RAP em cerca de 21 meses. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Em janeiro de 2020, ocorreu a entrada em operação definitiva, quando a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema a TLD (Termo de Liberação Definitivo) para incorporação ao Sistema Nacional Integrado. O ganho proveniente desta entrada antecipada em operação foi de R\$ 742.244 mensurado considerando o fluxo proporcional da RAP de 21 meses descontada a valor presente e foi reconhecido no resultado daquele exercício.

b) Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Argo II assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo II finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD (Termo de Liberação Definitivo) da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado daquele exercício foi de R\$ 89.571. A RAP anual foi determinada em R\$ 39.400 (valor histórico) e atualizada para R\$ 55.814 (valor para o ciclo 2023-2024), com recebimentos mensais.

c) Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. (“Cobra Brasil”), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão.

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4, 230 kV, com extensão de 145 km; Linha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Síncrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Síncrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de 9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jaru, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. (“Argo III”).

A Argo III finalizou a construção total do empreendimento, e conseqüentemente reconheceu o ganho na entrada em operação pós recebimento do TLD – (Termo de Liberação Definito) da ANEEL em fevereiro de 2022. O montante de ganho reconhecido no resultado daquele exercício foi de R\$ 22.178.

Em junho de 2023, foi publicada a revisão tarifária da concessão da Argo III que através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, em decorrência da revisão da RAP ofertada no Leilão pelo recálculo do custo de capital de terceiros através da atualização da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e TRM (Taxa Referencial de Mercado), estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de -1,89% para a RAP do ciclo 2023-2024.

A Resolução Homologatória nº 3.216/2023 não contemplou a revisão tarifária apurada neste período, esta divergência foi objeto de consulta junto a ANEEL. Após a consulta a Argo III tem considerado no seu resultado a RAP do contrato de concessão determinada em aproximadamente R\$ 72.447 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 98.004 (valor do ciclo 2023-2024), revisada e a parcela referente a revisão tarifária tem sido reconhecido no passivo até que o Regulador contemple a revisão tarifária através da publicação de uma nova resolução.

d) Argo IV

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia e a Rialma III Transmissão de Energia S.A. assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Rialma Transmissora de Energia III S.A., antiga denominação social da Argo IV Transmissão de Energia S.A. (“Argo IV”). A Argo IV Transmissão de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP.

Tem por objeto a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 30, objeto de leilão da ANEEL, composto pelas instalações localizadas no estado de Piauí, Pernambuco e Ceará, compostas pela linha de transmissão Milagres II, Queimada Nova II, em 500 kv com extensão aproximada de 322 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016.

A Companhia finalizou a construção total do empreendimento em julho de 2021, e o investimento

total foi de aproximadamente R\$ 465.848. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$ 63.900 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$ 86.422 (valor do ciclo 2023-2024). A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IV.

Em junho de 2023, foi publicada a revisão tarifária da concessão da Argo IV que através da Resolução Homologatória nº 3.205/2023, em decorrência da revisão da RAP ofertada no Leilão pelo recálculo do custo de capital de terceiros através da atualização da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) e TRM (Taxa Referencial de Mercado), estabeleceu um percentual, em termos reais, de revisão tarifária de - 3,55% para a RAP do ciclo 2023-2024. A Resolução Homologatória nº 3.216/2023 não contemplou a revisão tarifária apurada neste período. Esta divergência foi objeto de consulta junto a ANEEL. Após a consulta a Argo IV tem considerado no seu resultado a RAP revisada e a parcela referente a revisão tarifária tem sido reconhecido no passivo até que o Regulador contemple a revisão tarifária através da publicação de uma nova resolução.

e) ARGEB

A Argeb Energia Empreendimentos e Participações S.A. (“ARGEB”) é uma sociedade anônima, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 02 de agosto de 2022.

A ARGEB tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a ARGEB poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPÉs.

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a ARGEB detém 100% de participações societárias nas companhias: Argo V Transmissão de Energia S.A. (“Argo V”), Argo VI Transmissão de Energia S.A. (“Argo VI”), Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S.A. (“Argo VII”), Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. (“Argo VIII”), Argo IX Transmissão de Energia S.A. (“Argo IX”).

Controlada ARGEB	Contrato de concessão	Vigência	RAP	RAP
			Atualizada	Histórica
Argo V Transmissão de Energia S.A.	Nº 17/2014	30 anos	89.663	45.569
Argo VI Transmissão de Energia S.A.	Nº 18/2014	30 anos	94.748	48.835
Transmissora José Maria de Macedo de Eletricidade S. A.	Nº 05/2015	30 anos	255.472	144.600
Giovanni Sanguinetti transmissora de energia S.A.	Nº 11/2017	30 anos	160.484	114.558
Argo IX Transmissão de Energia S.A.	Nº 17/2017	30 anos	181.441	130.510

2 Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e

apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais – ITR e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi aprovada e autorizada pela Administração em 13 de maio de 2024.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações financeiras intermediárias de forma que as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras intermediárias estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as *IFRS* exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e julgamentos são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do Ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; (ii) operação e manutenção da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão, e (iii) remuneração financeira (variação monetária) sobre o ativo de contrato que é determinada de acordo com a variação do IPCA.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros: são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Combinação de negócios: as combinações de negócios são consideradas no momento da aquisição do controle de um negócio, sendo os montantes reconhecidos mensurados a valor justo com base em laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.
- (e) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos

impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que seja provável que Companhia irá gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 28).

- (f) Controle conjunto: conforme mencionado no IFRS 11/CPC 19, o empreendedor em conjunto deve reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) como investimento e deve contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 18 – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, a menos que a entidade esteja isenta da aplicação do método de equivalência patrimonial, conforme especificado no Pronunciamento e se permitido legalmente. Visto isso, a Companhia conclui que possui controle conjunto sobre a sociedade Argeb, e que, apesar de deter 62,5% de participação, a acionista não exerce controle sobre a dita sociedade de acordo com os termos estabelecidos no IFRS 11 / CPC 19.

2.5 Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações financeiras intermediárias considerando somente um segmento operacional, o de transmissão de energia elétrica que representa integralmente a receita total da Companhia. É dessa forma que os principais tomadores de decisão estratégica e operacional da Companhia avaliam a “performance” dos empreendimentos e aloca os recursos necessários.

3 Políticas contábeis materiais

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas informações financeiras intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, publicadas em 31 de janeiro de 2024, e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência em 01 de janeiro de 2024 ou após, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1);
- Passivo de locação em uma operação de *Sale and Leaseback* (alterações ao CPC 6 / IFRS 6);
- Divulgações sobre acordos de financiamento de fornecedores (alterações ao CPC 3 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7).

A Companhia e suas controladas avaliaram as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Adicionalmente em relação a nova norma IFRS 18 - Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras, emitida em 9 de abril de 2024, que entrará em vigor para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027, a Companhia e suas controladas esperam impactos substanciais na elaboração da

Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxo de Caixa e irá aguardar orientações do CPC para aplicação dessa norma.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	39	85	28.940	28.214
Total	39	85	28.940	28.214

5 Títulos e valores mobiliários

5.1 Circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Títulos e valores mobiliários (*)	13.610	153.388	405.006	529.636
Total	13.610	153.388	405.006	529.636

(*) Aplicações financeiras que representam investimentos em títulos mobiliários, referenciado na variação do CDI, com remuneração média de 104,15% do CDI em 31 de março de 2024 (105,00% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

5.2 Fundos vinculados – Caixa restrito

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Conta Reserva (**)	10.677	13.209	200.061	170.071
Total	10.677	13.209	200.061	170.071

(**) Controladora: inclui fundos em garantia relacionada a transação de compra do investimento Argo IV, e no Consolidado: para fins de garantia da operação da primeira emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas como “conta reserva”, o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES, o montante equivalente a 2,80% sobre o valor desembolsado referente ao financiamento com o BNB e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de março de 2024, a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento de renda fixa com títulos públicos referenciado DI no Banco Bradesco com remuneração média de 97,30% do CDI (98,12% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	104.027	96.660
Total	104.027	96.660

A Companhia não contabiliza provisão para perdas de crédito esperadas, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Títulos a vencer	83.266	79.202
Títulos vencidos em até 30 dias	462	595
Títulos vencidos em até 90 dias	1.512	9.276
Títulos vencidos há mais de 90 dias	18.787	7.587
Total	104.027	96.660

7 Imposto de renda e contribuição social a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.270	4.501	15.789	13.039
Total	6.270	4.501	15.789	13.039

8 Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
PIS a compensar	-	-	15	11
COFINS a compensar	-	-	74	70
ISS a recuperar	-	-	27	27
INSS a recuperar	-	-	8	8
ICMS a recuperar	-	-	199	199
Outros tributos a compensar	12	12	177	158
Total	12	12	500	473

9 Ativo da Concessão

9.1 Composição do Ativo da Concessão

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Receita de construção	4.929.954	4.922.145
Receita de remuneração do ativo de contrato	4.735.061	4.445.649
Revisão tarifária da concessão	(50.144)	(50.144)
Recebimentos	(3.247.886)	(3.015.664)
Receita de operação e manutenção	502.880	467.539
Ganho de eficiência (*)	854.233	854.233
Total	7.724.098	7.623.758
Classificados como:		
Circulante	950.692	936.126
Não Circulante	6.773.406	6.687.632

(*) Reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo I, Argo II e Argo III. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TLD – Termo de Liberação Definitivo para a operação interligada ao SIN sem pendências emitido pelo ONS – Operador do Sistema Nacional.

9.2 Margens de obrigações e performance

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Margem de Construção		
Receita	7.809	-
Custos	(6.425)	-
Margem (R\$)	1.384	-
Margem Percebida (%)	17,73%	0,00%
	31/03/2024	31/03/2023
Margem de O&M		
Receita	35.341	34.165
Custos	(8.577)	(9.498)
Margem (R\$)	26.764	24.667
Margem Percebida (%)	75,73%	72,20%

9.3 Movimentação dos saldos do Ativo da Concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.417.876
Receita de remuneração do ativo de contrato	338.630
Receita de operação e manutenção	34.165
Recebimentos	(224.784)
Saldo em 31 de março de 2023	7.565.887
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.623.758
Receita de construção	7.809
Receita de remuneração do ativo de contrato	289.412
Receita de operação e manutenção	35.341
Recebimentos	(232.222)
Saldo em 31 de março de 2024	7.724.098

10 Despesas pagas antecipadamente

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Seguros a apropriar (*)	-	10	449	719
Outras despesas a apropriar	-	-	2.847	3.650
Total	-	10	3.296	4.369

(*) Refere-se a apólices de seguro assumidas pela companhia conforme descrito na nota explicativa nº 31.

11 Imobilizado

11.1 Composição do Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação	31/03/2024			31/12/2023
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações, obras e benfeitorias	4,48%	1.510	(95)	1.415	1.433
Máquinas e equipamentos	6,71%	25.204	(5.762)	19.442	20.457
Veículos	13,16%	5.970	(2.542)	3.428	2.844
Móveis e utensílios	5,24%	1.580	(366)	1.214	1.239
Total		34.264	(8.765)	25.499	25.973

11.2 Movimentação do Imobilizado

	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/03/2024
Edificações, obras e benfeitorias	1.433	-	-	(18)	1.415
Máquinas e equipamentos	20.457	201	(766)	(450)	19.442
Veículos	2.844	-	766	(182)	3.428
Móveis e utensílios	1.239	-	-	(25)	1.214
Total	25.973	201	-	(675)	25.499

12 Intangível

12.1 Controladora

12.1.1 Composição do Intangível

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Softwares	116	-	116
Total	116	-	116

12.1.2 Movimentação do Intangível

	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/03/2024
Softwares	-	116	-	116
Total	-	116	-	116

12.2 Consolidado

12.2.1 Composição do Intangível

	31/03/2024			31/12/2023
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	5.338	(1.666)	3.672	3.348
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	25.226	(4.513)	20.713	20.935
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	138.315	(10.455)	127.860	129.225
Total	168.879	(16.634)	152.245	153.508

12.2.2 Movimentação do Intangível

	31/12/2023	Adições	Amortização	31/03/2024
Softwares	3.348	564	(240)	3.672
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	20.935	-	(222)	20.713
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	129.225	-	(1.365)	127.860
Total	153.508	564	(1.827)	152.245

13 Investimentos em Controladas e Controladas em Conjunto

13.1 Investimentos (Controladora)

	Controladora	
	31/03/2024	31/12/2023
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	5.359.407	5.160.780
Direito de Concessão (*)	116.131	117.372
Total	5.475.538	5.278.152

(*) Refere-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

13.2 Investimentos (Consolidado)

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	2.440.704	2.388.320
Total	2.440.704	2.388.320

A movimentação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e cumprimento da Instrução CVM nº 247/96 em 2023 e 2022 é conforme segue:

Investidas	Saldo em 31/12/2023	Amortização do direito de Exploração III e IV	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/03/2024
Argo I (a)	1.887.311	-	107.196	1.994.507
Argo II (a)	310.704	-	15.068	325.772
Argo III (a)	167.949	(222)	8.753	176.480
Argo IV (a)	523.868	(1.019)	15.227	538.076
Argeb (b)	2.388.320	-	52.383	2.440.703
Total	5.278.152	(1.241)	198.627	5.475.538

(a) Empresas controladas

(b) Empresa controlada em conjunto

13.3 Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. As informações relevantes, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, estão demonstradas a seguir:

Controladas	31/03/2024						
	Quantidade de ações	% de participação	Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Lucro das controladas
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.958.781	3.964.277	1.994.504	107.195
Argo II	38.045.000	100%	38.045	562.065	236.291	325.774	15.068
Argo III	116.250.000	100%	116.250	976.142	820.376	155.766	8.753
Argo IV	172.825.949	100%	172.826	1.034.575	591.916	442.659	15.227
			826.932	8.531.563	5.612.860	2.918.703	146.243

13.4 Empreendimento Controlado em Conjunto

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto que, na avaliação da Companhia, são considerados relevantes.

Negócios em conjunto	Quantidade de ações	% de participação	31/03/2024				
			Capital social	Ativo total	Passivo total	Patrimônio Líquido	Lucro
Argeb	9.048.628	62,5%	3.664.001	4.671.935	3.433.811	1.238.124	83.813

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Fornecedores nacionais	11.945	4.057	33.186	35.778
Total	11.945	4.057	33.186	35.778

15 Encargos sociais e trabalhistas

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Salários	1.397	974
Provisão de bônus	2.443	12.434
Décimo terceiro salário	551	-
Provisão de férias	4.518	4.806
Encargos trabalhistas	3.548	3.366
Total	12.457	21.580

16 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	45	73	16.637	16.000
ICMS - Diferencial de alíquota	-	-	299	10
ISS de terceiros	-	-	-	85
Outros tributos	7	11	168	329
Total	52	84	17.104	16.424

17 Obrigações regulatórias

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Provisão para P&D	9.615	9.049
Encargos regulatórios a recolher (*)	796	1.343
Total	10.411	10.392

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

18 Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é como segue:

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2023	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Juros e Variação monetária	Custos a amortizar	Saldo em 31/03/2024
BNDES (a) - Argo I	1.714.848	(22.725)	(38.258)	40.489	2.643	1.696.997
BNDES (b) - Argo III	653.798	(7.028)	(8.482)	18.750	54	657.092
BNDES (c) - Argo II	192.175	(2.095)	(2.093)	5.119	298	193.404
BNDES (d) - Argo IV	301.291	(4.103)	(5.410)	6.193	-	297.971
Itaú (e) - Argo	182.700	(165.000)	(23.069)	4.967	402	-
Total	3.044.812	(200.951)	(77.312)	75.518	3.397	2.845.464
Classificado como:						
circulante	326.478					149.161
Não circulante	2.718.334					2.696.303

- a) Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$ 1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica que fazem parte do escopo do projeto. Em 31 de dezembro de 2019, o total captado é de R\$ 1.543.357. Sobre o contrato de financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.
- b) Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão de energia elétrica que fazem parte do escopo de seus projetos. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse contrato de financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.
- c) Em 08 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, no montante de R\$ 152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão de energia elétrica objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. O contrato de financiamento será remunerado pelo IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciou em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de abril de 2043.
- d) Em 28 de junho de 2019, a Rialma Transmissora de Energia III S.A. (antiga denominação da Argo IV) firmou o contrato de financiamento nº 183.2019.754.9368 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) no montante de R\$ 340.017, remunerado pela taxa de juros 2,281% a.a. + IPCA corrigido pela inflação. O contrato de financiamento será pago em 216 (duzentas e dezesseis) com os seus vencimentos todo dia 15 com liquidação prevista até 15 de julho de 2039.
- e) Em 22 de março de 2023, a controladora Argo Holding firmou contrato de 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, no montante de R\$ 165.000 destinados a composição de capital de giro e alongamento do passivo financeiro da emitente. Sobre o valor nominal unitário incidiram juros remuneratórios de 100% da variação acumulada do CDI acrescidos de spread de 1,30% a.a., a liquidação da dívida ocorreu em 21 de março de 2024.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

31/03/2024	
2025	224.968
2026	236.009
2027	247.936
2028 em diante	1.987.390
Total	2.696.303

Garantias

Argo I

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023 preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Argo II

Garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo IV

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo IV;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A controladas possuem as seguintes cláusulas:

Argo I

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Argo II

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Argo III

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, a verificação é realizada a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

Argo IV

Em 31 de março de 2024, a Companhia não identificou cláusulas restritivas de financiamentos vigentes.

A Administração da Companhia e de suas controladas faz o constante acompanhamento das cláusulas restritivas previstas nos contratos de financiamentos.

19 Debêntures

	Saldo final 31/12/2022	Juros e Variação monetária	Custos de transação	Saldo final 31/03/2023	Saldo final 31/12/2023	Juros e Variação monetária	Custos de transação	Saldo final 31/03/2024
Debêntures	595.023	23.650	62	618.735	566.224	19.171	91	585.486
Total	595.023	23.650	62	618.735	566.224	19.171	91	585.486

Classificado como:

Circulante	68.778	82.456
Não Circulante	497.446	503.030

Única emissão de debêntures

Em 27 de julho de 2018, a Controlada Argo I realizou a primeira emissão de debêntures, de distribuição pública com esforços restritos (“ICVM 476”) de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$ 454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Vencimento das parcelas

Em 31 de março de 2024, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	31/03/2024
2025	43.533
2026	44.938
2027	50.555
2028 em diante	364.004
Total	503.030

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia.
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida, preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato.

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras tais como compliance com leis trabalhistas, ambientais e regulatórias.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento das cláusulas restritivas.

20 Provisões

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, as controladas Argo I, II, III e IV estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

	Consolidado	
	31/03/2024	31/12/2023
Compromissos socioambientais	8.456	8.931
Outras provisões	13.012	13.307
Total	21.468	22.238

21 PIS e COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2022	659.722
Constituição	37.411
Amortização	(24.251)
Saldos em 31 de março de 2023	672.882
Saldos em 31 de dezembro de 2023	677.842
Constituição	29.615
Amortização	(20.669)
Saldos em 31 de março de 2024	686.788

Classificados como:

Circulante	84.619
Não circulante	602.169

22 Provisões para riscos

Em 31 de março de 2024, a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável.

	<u>31/12/2023</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>31/03/2024</u>
Cíveis (b)	81	-	-	-	81
Trabalhistas (a)	2.812	139	(124)	(2.260)	567
Total	-	139	(124)	(2.260)	648

- (a) Em 31 de março de 2024, a Argo I na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, estes processos perfazem o montante de R\$ 567 (R\$ 2.812 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) Em 31 de março de 2024, a Argo IV, na opinião de seus assessores jurídicos externos, possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, nos quais a Companhia figura como ré, estes processos perfazem o montante de R\$ 2.186 (R\$ 2.186 em 31 de dezembro de 2023), deste montante a Companhia já havia registrado R\$ 2.105 como passivo de fornecedores e, portanto, não constituiu nova provisão.

22.1 Contingências passivas com avaliação de risco possível

A Companhia e suas controladas são parte em processo e risco, no qual a Administração, suportada por seus assessores jurídicos externos, acreditam que as chances de perda são possíveis e, por este motivo, nenhuma provisão sobre ele foi constituída. Em 31 de março de 2024, a reclamação relacionada a perda possível perfaz o montante de R\$ 12.878 (R\$ 12.338 em 31 de dezembro de 2023).

23 Partes relacionadas

O saldo ativo com partes relacionadas no montante de R\$ 3.095 representa despesas incorridas a serem pagas as empresas do grupo.

Parte relacionada	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/03/2023
	Ativo	Ativo	Resultado	Resultado
Argo V	355	612	1.772	1.173
Argo VI	315	357	1.208	1.202
Transmissora José Maria Macedo (Argo VII)	1.312	1.108	4.295	1.941
Giovanni Sanguinetti (Argo VIII)	523	493	2.072	1.223
Argo IX	590	650	2.462	1.382
Total	3.095	3.220	11.809	6.921

23.1 Remuneração da Administração

Em 31 de março de 2024, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$ 5.205 (R\$ 3.918 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas” e refere-se a uma administração comum, na qual a remuneração é registrada e paga pela Argo Transmissora de Energia S.A. A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	31/03/2024	31/12/2023
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	1.222	902
Encargos sociais	513	457
Bônus	3.470	2.559
Total	5.205	3.918

24 Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$ 2.618.483 (dois bilhões, seiscentos e dezoito milhões, quatrocentos e oitenta e três mil), dividido em 1.759.419.386 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional.

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

Acionistas	31/03/2024		31/12/2023	
	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Red Electrica Brasil Holding Ltda.	879.710	50%	879.710	50%
Grupo Energia Bogotá S.A.	879.710	50%	879.710	50%
Total	1.759.420	100%	1.759.420	100%

24.1 Reservas

(a) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

(b) Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia destinou R\$ 563.215 para constituição de reserva de retenção de lucros com o objetivo de preservar os investimentos futuros para conclusão da linha de transmissão de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aumentou a reserva de lucro através da reversão de dividendos adicionais no montante de R\$ 150.407.

24.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A companhia poderá, a critério da administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei. 9.249/95.

25 Receita líquida (Consolidado)

	01/03/2024 a 31/03/2024	01/03/2023 a 31/03/2023
Receita de construção	7.809	-
Receita de remuneração do ativo da concessão	289.412	338.628
Outras receitas	(6.879)	1.038
Receita de operação e manutenção	35.341	34.165
Parcela Variável e outras deduções	1.576	(310)
Receita bruta	327.259	373.521
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(8.944)	(13.159)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(21.424)	(19.993)
(-) Encargos regulatórios	(2.918)	(2.811)
Total	293.973	337.558

26 Custos e despesas por natureza

	Controladora	
	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
Serviços de terceiros	(637)	(155)
Seguros	(10)	-
Outros	(90)	(11)
Total	(737)	(166)
Valores alocados a:		
Despesas gerais e administrativas	(737)	(166)

	Consolidado	
	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
Serviços de terceiros	(5.903)	(5.398)
Custo de construção	(6.425)	-
Custo de O&M	(345)	-
Pessoal	(5.959)	(10.043)
Arrendamentos e aluguéis	(416)	(278)
Depreciação e Amortização	(916)	(467)
Seguros	(271)	-
Tributos	(115)	(50)
Materiais	(276)	(381)
Amortização do direito de concessão	(1.240)	(3.498)
Contingências passivas	(54)	-
Outros	(513)	(649)
Total	(22.433)	(20.764)
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(8.922)	(9.498)
Custos de construção	(6.425)	-
Despesas gerais e administrativas	(5.846)	(7.768)
Amortização do direito de concessão	(1.240)	(3.498)

27 Resultado financeiro

	Controladora	
	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	3.572	1.532
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(180)	(94)
Outras receitas financeiras	75	220
Total	3.467	1.658
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	(52)
Juros e variação monetária	(4.968)	(8.223)
Outras despesas financeiras	(467)	(6.852)
Total	(5.435)	(15.127)
Resultado financeiro líquido	(1.968)	(13.469)

	Consolidado	
	01/01/2024 a 31/03/2024	01/01/2023 a 31/03/2023
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	18.432	15.784
(-) PIS e COFINS s/ receitas financeiras	(809)	(734)
Outras receitas financeiras	121	1.501
Total	17.744	16.551
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	(16)	(67)
Juros e variação monetária	(94.692)	(111.206)
Outras despesas financeiras	(6.067)	(12.840)
Total	(100.775)	(124.113)
Resultado financeiro líquido	(83.031)	(107.562)

28 Imposto de renda e contribuição social

28.1 Reconciliação da alíquota efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecida em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/03/2024	31/03/2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	194.681	199.977
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(66.191)	(67.992)
Equivalência patrimonial	197.386	213.625
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	-	-
Alíquota efetiva	0%	0%

	Consolidado	
	31/03/2024	31/03/2023
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	241.634	265.145
Alíquota nominal	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(82.156)	(90.149)
Equivalência patrimonial	17.810	19.015
Adições e Exclusões permanentes	(7)	-
Incentivos Fiscais (*)	14.681	11.086
(+) Outros	2.719	(5.120)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(42.389)	(61.678)

Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(4.564)	(3.490)
Alíquota efetiva	19%	27%

(*) Devido ao fato de sua linha de transmissão estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

28.2 Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.077.899	(2.209.358)	(1.131.459)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	169.555	-	169.555
Contratos de Concessão (b)	-	(231.804)	(231.804)
Saldos em 31 de março de 2023	1.247.454	(2.441.162)	(1.193.708)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.216.931	(2.464.046)	(1.247.115)
Utilização de benefício fiscal sobre prejuízo fiscal (a)	(929)	-	(929)
Contratos de Concessão (b)	(9.202)	(31.913)	(41.115)
Saldos em 31 de março de 2024	1.206.800	(2.495.959)	(1.289.159)

(a) Originam-se dos prejuízos fiscais. Esses ativos serão realizados ao longo do Contrato de Concessão.

(b) Originam-se dos Contratos de Concessão. Referem-se aos valores de imposto de renda e contribuição social sobre os resultados da operação de construção da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de contrato (CPC 47) reconhecidos por competência, que são oferecidos à tributação à medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos 168 e 169 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.700 de 14 de março de 2017.

29 Resultado por ação

	31/03/2024	31/03/2023
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	194.681	199.977
Denominador:		
Média ponderada de número de ações ordinárias em circulação	1.759.420	1.759.420
Lucro líquido básico por ação ordinária (R\$ por ação)	0,1107	0,1137

30 Instrumentos financeiros

30.1 Hierarquia do valor justo

			Controladora 31/03/2024		Controladora 31/12/2023	
			Valor Contabil	Valor Justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	13.610	13.610	153.388	153.388
Total			13.610	13.610	153.388	153.388

Custo amortizado:

Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
Informações financeiras intermediárias
Referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2024

Caixa e Equivalência de caixa	4	1	39	39	85	85
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	10.677	10.677	13.209	13.209
Total Ativo			10.716	10.716	13.294	13.294
Outros passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	11.945	11.945	4.057	4.057
Empréstimos e financiamentos	19	2	-	-	182.700	182.700
Outros passivos		2	-	-	10.194	10.194
Total Passivo			11.945	11.945	196.951	196.951

	Nota	Hierarquia	Consolidado 31/03/2024		Consolidado 31/12/2023	
			Valor Contabil	Valor Justo	Valor Contabil	Valor Justo
Ativos financeiros:						
Valor justo por meio do resultado						
Títulos e valores mobiliários	5.1	2	405.006	405.006	529.636	529.636
Total			405.006	405.006	529.636	529.636
Custo amortizado:						
Caixa e Equivalência de caixa	4	1	28.940	28.940	28.214	28.214
Contas a receber de clientes	6	2	104.027	104.027	96.660	96.660
Contas a receber (ativo da concessão)	8	2	7.724.098	7.724.098	7.623.758	7.623.758
Contas a receber (partes relacionadas)	23	2	3.095	3.095	3.220	3.220
Fundos vinculados – caixa restrito	5.2	2	200.061	200.061	170.071	170.071
Total Ativo			8.060.221	8.060.221	7.921.923	7.921.923
Outros passivos financeiros:						
Custo amortizado:						
Fornecedores	14	2	33.186	33.186	35.778	35.778
Empréstimos e financiamentos	19	2	2.845.464	2.845.464	3.044.812	3.044.812
Debêntures	20	2	585.486	583.671	566.224	569.139
Outros passivos		2	60.553	60.553	42.876	42.876
Total Passivo			3.524.689	3.522.874	3.689.690	3.692.605

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

- **Nível 1** - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações contábeis regulatórias. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- **Nível 2** - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

30.1.1 Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações contábeis regulatórias.

Fornecedores e outras obrigações: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento abaixo de 60 dias.

Financiamentos e debêntures: são reconhecidos inicialmente pelo valor justo diminuídos de quaisquer custos de transação atribuíveis. No caso das debêntures é mensurado com base na cotação de mercado do próprio instrumento. Após o reconhecimento inicial, os financiamentos são medidos pelo custo amortizado e juros trazidos a valor presente utilizando como taxa de desconto real o CDI na data findo em 31 de dezembro de 2023.

30.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

30.2.1 Risco de Crédito

Salvo pelas contas a receber e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no exercício. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2024, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber de concessionárias e permissionárias é de R\$ 104.027 (R\$ 96.660 em 31 de dezembro de 2023).

30.2.2 Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

30.2.3 Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia não pactuara contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia está relacionado às taxas de juros.

A Companhia aplica substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; (ii) títulos e valores mobiliários; e (iii) Empréstimos e debêntures.

30.2.4 Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2024, os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados:

	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	Entre 37 meses em diante
Fornecedores	33.186	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	149.161	224.968	236.009	2.235.326
Debêntures	82.456	43.533	44.938	414.559
Total	264.803	268.501	280.947	2.649.885

30.3 Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2024, foram definidos três cenários diferentes:

O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2024, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações contábeis regulatórias, disponíveis no *website* da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 11,65% ao ano, para o IPCA, é de 3,90% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de dezembro de 2023 é de 6,55% ao ano.

Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Operação		Nota	Total	Cenário		
Instrumentos financeiros	Risco			I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	28.940	3.082	2.312	1.543
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	405.006	43.133	32.350	21.568
Fundos Vinculados - Caixa restrito	Redução do CDI	5	200.061	21.306	15.980	10.654
Total			634.007	67.522	50.641	33.765
Empréstimos e Financiamentos (*)	Aumento da TJLP	18	193.160	117.942	88.456	58.971
Empréstimos e Financiamentos (**)	Aumento do IPCA	18	1.148.468	35.251	26.438	17.626
Debêntures	Aumento do IPCA	19	585.486	21.604	16.203	10.803
Total			1.927.114	174.797	131.098	87.400

(*) Referente à controlada Argo I

(**) Referente às controladas Argo II, Argo III e Argo IV

31 Seguros

Em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Seguradora	Valor segurado	Vigência
Seguros - Riscos operacionais	Fator Segurado S/A	200.000	07/09/2024
Seguros - Responsabilidade civil	Chubb	50.000	07/09/2024

Seguros - Equipamentos	Essor	1.783	02/08/2024
Seguros - Frota	Sompo	Fipe	31/05/2024
D&O	Starr	25.000	25/03/2025

32 Compromissos futuros

A Argo I, investida da Companhia, possui contratos em aberto para conclusão das construções relacionadas aos reforços em construção, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

Contratos para reforços	<u>2024</u>
Serviços e materiais	629

33 Transações não envolvendo caixa

Em 31 de março de 2024, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto, esta não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa:

Transações que não impactaram caixa	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Compensação de IRPJ	14.681	11.086

* * *

Simone Borsato
Diretora de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller
CRC/RJ 116409/O